

## A Forma e Força Probatórias dos Documentos Eletrónicos Elaborados pela Administração Pública

### Objetivos Gerais

No passado dia 9 de fevereiro de 2021, foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º 12/2021 sobre Identificação Eletrónica e Serviços de Confiança para as Transações Eletrónicas no Mercado Interno, que assegura a execução do Regulamento (UE) 910/2014 ou Regulamento e IDAS, e que veio revogar, entre outros, o diploma que estabelecia o regime aplicável aos documentos eletrónicos e à assinatura digital. Este decreto-lei veio consolidar a legislação existente sobre a validade, eficácia e valor probatório dos documentos eletrónicos, sobre o sistema de certificação eletrónica do Estado – Infraestruturas de chaves públicas e estabelece o quadro sancionatório aplicável em caso das normas previstas neste decreto-lei e no Regulamento que lhe serviu de base.

Numa época em que o teletrabalho se tornou uma realidade para tantos operadores económicos, a assinatura eletrónica tem-se revelado um instrumento de grande importância para dar seguimento às mais variadas atividades profissionais.

Este curso tem como objetivo dotar os participantes dos conhecimentos e competências que lhes permitam compreender e atuar no âmbito da documentação eletrónica.

### Objetivos Específicos

No final deste Curso os participantes saberão:

- Compreender o novo regime aplicável à identificação eletrónica.
- Perceber a forma e valor probatório dos documentos eletrónicos
- Identificar as plataformas e os prestadores de serviços de confiança
- Conhecer o Sistema de Certificação Eletrónica do Estado – Infraestruturas de Chaves Públicas
- Regime sancionatório aplicável aos prestadores de serviços de confiança
- Executar e identificar uma assinatura eletrónica
- Como funcionam os certificados e selos temporais
- Identificar uma assinatura digital com qualificação profissional

### Destinatários

Este destina-se a todos os profissionais que necessitem conhecer e aplicar conhecimentos no âmbito do novo Regime aplicável à Identificação Eletrónica.

### **Carga Horária**

12 Horas

### **Conteúdo Programático**

#### **Módulo 0 – Abertura**

- Apresentação do formador e dos formandos
- Apresentação dos objetivos e metodologias de funcionamento da ação de formação

#### **Módulo I – Novo Regime Aplicável à Identificação Eletrónica**

- Enquadramento
- Objeto
- Âmbito de aplicação
- Objetivos

#### **Módulo II - Da validade, eficácia e valor probatório dos documentos eletrónicos**

- Documentos Eletrónicos
- Definição
- Documentos eletrónicos de entidades públicas
- Envio e receção
- Regulamentação e força probatória
- Documentos eletrónicos das entidades públicas

#### **Módulo III – Das Funções das Entidades e Organismos Nacionais**

- Funções e competências
- Serviços de Confiança
- Prestadores de serviços de confiança
- Autoridades competentes para fiscalização do cumprimento do regulamento
- Regime sancionatório

#### **Módulo IV – Sistema de Certificação Eletrónica do Estado**

- Infraestrutura de Chaves Públicas (SCEE)
- Estrutura
- Constituição do SCEE
- Funcionamento

#### **Módulo V – Assinaturas Eletrónicas**

- Importância da assinatura eletrónica
- Conceito
- Tipos de Assinatura Eletrónica
- Assinatura Eletrónica simples
- Assinatura eletrónica avançada
- Digital
- Qualificada
- Como requerer os dados de assinatura e certificado e respetivas obrigações
- Impossibilidade de assinar eletronicamente

### **Módulo VI – Força Probatória dos Documentos Eletrónicos em Conjugação com o Disposto no Código Civil e Código de Processo Penal**

- Valor probatório
- Valor probatório dos documentos que contêm assinaturas digitais
- Certificação dos documentos eletrónicos das entidades públicas
- Entidade Certificadora
- Entidade Filiada
- Entidade de Registo
- Infraestrutura de Chave Pública
- Número de Série de Certificado
- Protocolo de status de certificado online
- Identificador do objeto
- PIN
- PKCS
- Time Stamping
- SmartCard
- Validação Cronológica

### **Módulo VII - Certificados**

- Instalação de certificados
- Necessidade de “assinaturas eletrónicas avançadas”, nomeadamente “Long-Term Validation” (LTV) e estratégias de implementação
- Garantia LTV “Long Term Validation”
- Plataformas das prestadoras de serviços creditados para efeitos de comunicação e transmissão de documentos eletrónicos
- Entidade Certificadora Comum do Estado (ECCE)
- Entidade Certificadora do Cartão do Cidadão (ECCC)
- Entidade Certificadora do Passaporte Eletrónico Português (ECPEP)

### **Módulo VIII- Selos Temporais**

- A necessidade de utilização dos selos temporais
- Enquadramento
- Requisitos
- Assinatura de documentos eletrónicos e utilização do selo temporal
- validação cronológica dos selos temporais
- Funcionamento
- Utilização dos selos temporais
- Assinatura do documento eletrónico e utilização do selo temporal com o Cartão de Cidadão
- Validação de Assinatura Digital Qualificada e Selo Temporal
- Uso do selo temporal e da assinatura digital para documentos pdf por mais que um utilizador
- Para obter Selo Temporal
- Parametrização
- Uso do selo temporal para documentos ou ficheiros, através da interface Web
- Requisitos
- Funcionamento
- Gerar Selo Temporal
- Validação do Selo Temporal

### **Módulo IX – Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP)**

- A assinatura digital e a qualificação profissional
- Assinatura digital com atributos profissionais

### **Módulo X – Questões/ Notas Finais**